

iberografias

36

NOVAS FRONTEIRAS, OUTROS DIÁLOGOS

**COOPERAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL**

COORDENAÇÃO DE
RUI JACINTO



IBEROGRAFÍAS

36

NOVAS FRONTEIRAS, OUTROS DIÁLOGOS:
**COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL**

Coordenação de
Rui Jacinto

IBEROGRAFIAS
36

Colecção Iberografias
Volume 36

Título: Novas Fronteiras, Outros Diálogos: Cooperação e Desenvolvimento Territorial

Coordenação: Rui Jacinto

Autores: Alvaro Ferreira; Ana Júlia França Monteiro; Antonio Nivaldo Hespanhol; Arlete Moysés Rodrigues; César Andrés Alzate Hoyos; Cristiane Marques de Oliveira; Daniela Machado Millan; Ellen Tamires Pedriali Colnago; Fernando Manuel Videira dos Santos; Franci Gomes Cardoso; Francisco José Araújo; Igor Breno Barbosa de Sousa; Joana Capela de Campos; José Borzacchiello da Silva; José Sampaio de Mattos Junnior; Lúcio Cunha; Maria Amélia de Souza Reis; Maria do Rosário Pinheiro; Maria Madalena Ferreira; Marta de Alexandria Pereira; Ronaldo Barros Sodré; Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol; Silvilene de Barros Ribeiro Moraes; Thaís de Oliveira Queiroz; Vítor Murtinho.

Revisão: Ana Margarida Proença e Ana Sofia Martins

Pré-impressão: Âncora Editora

Capa: Âncora Editora
a partir do *layout* original de Sofia Travassos

Impressão e acabamento: Locape – Artes Gráficas, Lda.

1.ª edição: julho 2019
Depósito legal n.º 423100/17

ISBN: 978 972 780 692 8
ISBN: 978 989 8676 20 7

Edição n.º 41036

Centro de Estudos Ibéricos
Rua Soeiro Viegas n.º 8
6300-758 Guarda
cei@cei.pt
www.cei.pt

Âncora Editora
Avenida Infante Santo, 52 – 3.º Esq.
1350-179 Lisboa
ancora.editora@ancora-editora.pt
www.ancora-editora.pt
www.facebook.com/ancoraeditora

O Centro de Estudos Ibéricos respeita os originais dos textos, não se responsabilizando pelos conteúdos, forma e opiniões neles expressas.

A opção ou não pelas regras do novo acordo ortográfico é da responsabilidade dos autores.

Apoios:



Interreg
Espanña - Portugal

Fondo Europeo de Desarrollo Regional
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



UNIÓN EUROPEA
UNIÃO EUROPEIA

Novas Fronteiras, Outros Diálogos	7
Rui Jacinto	

COOPERAÇÃO E INICIATIVAS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO

Municipalismo: gestão dos recursos públicos, controle e qualidade de vida	11
Francisco José Araújo	
O impacto das variáveis internas e externas para a democratização da África Lusófona	29
Thaís de Oliveira Queiroz	
Questão racial em foco: desafios na produção legislativa do Brasil	43
Ana Júlia França Monteiro	
Para uma análise comparativa da dinâmica de classe em Portugal e Brasil, no contexto do Neoliberalismo	55
Franci Gomes Cardoso	
Avaliação do potencial turístico do Forte Real Príncipe da Beira: um monumento histórico colonial indutor de desenvolvimento local	67
Marta de Alexandria Pereira; Maria Madalena Ferreira	
A importância das organizações promotoras de empreendimentos económicos solidários (OPES): o caso da comunidade de catadores de materiais recicláveis da Vila Princesa (Porto Velho – Rondônia)	77
Maria Madalena Ferreira; Lúcio Cunha	
Perfil dos docentes que lecionavam no distrito da Guarda nos anos 90 do século xx	83
Fernando Manuel Videira dos Santos	

DESENVOLVIMENTO RURAL

Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável no Estado de São Paulo – Brasil	107
Antonio Nivaldo Hespanhol	
A política de desenvolvimento territorial e os desencontros institucionais no Vale do Itapecuru/MA	123
José Sampaio de Mattos Junnior, Ronaldo Barros Sodré, Igor Breno Barbosa de Sousa	
Arranjos institucionais e políticas públicas: uma análise do PNAE nos municípios de Dracena e Regente Feijó, Estado de São Paulo, Brasil	133
Ellen Tamires Pedriali Colnago; Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol	
Redes agroalimentares alternativas: un modelo alternativo en una realidad diferenciada – Caso de estudio Medellín-Colombia	145
César Andrés Alzate Hoyos	

Agricultura urbana e segurança alimentar no Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, Brasi	159
Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol	

CIDADE E DESENVOLVIMENTO URBANO

Metropolização, revitalização e gentrificação: realidades urbanas no século XXI	177
Alvaro Ferreira	
A propriedade da terra como um elemento da desigualdade territorial nas cidades brasileiras	195
Arlete Moysés Rodrigues	
O patrimônio como projeto de intervenção urbana: o caso do Colégio da Trindade da Universidade de Coimbra	207
Joana Capela de Campos; e Vítor Murtinho	
Programa de Educação e Mediação Intercultural em Museus (PEMIM) : a formação de educadores para a constituição de uma comunicação inclusiva	223
Daniela Machado Millan; Silvilene de Barros Ribeiro Moraes; Maria do Rosário Pinheiro; e Maria Amélia de Souza Reis	
As redes das agências de difusão artístico – culturais internacionais e o mercado cultural global: um enfoque Ibero-americano	237
Cristiane Marques de Oliveira	
A emergência de uma metrópole no universo das exposições itinerantes: o caso de Fortaleza	251
José Borzacchiello da Silva	

O património como projeto de intervenção urbana: o caso do Colégio da Trindade da Universidade de Coimbra

Joana Capela de Campos

Universidade de Coimbra (DARQ – FCT, UC)

Vítor Murtinho

Universidade de Coimbra (DARQ – FCT, CES, UC)

Introdução

Desde a transição do milénio que as pressões continuadas de um processo de globalização têm vindo a ser exercidas, de um modo mais intenso, sobre as cidades. As forças de pressão assumiam-se sob vários vetores, como o político, o económico, o sociocultural, o científico, entre outros, que as cidades começavam a incorporar nas suas dinâmicas de desenvolvimento. No entanto, as transformações sofridas no tecido urbano para incorporar novos modos de vida e de necessidades das populações, sobretudo a partir dos anos 80 do século XX⁷⁸, contribuíam para alterar tanto a sua estrutura e organização urbanas, como a própria imagem da cidade.

Nesse sentido, o maior risco para as cidades seria a irreversibilidade dessas transformações, tendo em conta que a imagem da cidade se determinava a partir de um processo decorrente da continuada e paulatina assimilação da inter-relação entre a população e o seu território, no tempo longo da construção da cidade. Esta realidade tornava-se mais preocupante, quando os espaços sujeitos às pressões de forças transformativas eram aqueles com forte cunho sociocultural e patrimonial, correspondendo, de uma maneira geral, aos espaços mais antigos e/ou fundacionais das cidades, que marcavam a identidade tónica particular de cada cidade com significado patrimonial.

⁷⁸ Cf. (Cameron, 2008; Capela de Campos & Murtinho, 2018b; Sonkoly, 2011; Veldpaus, 2015; Veldpaus & Roders, 2013).

Com este enquadramento, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) dinamizava um debate⁷⁹ focado no impacto que o desenvolvimento urbano e a arquitetura contemporânea imprimiam sobre os bens e sítios inscritos na Lista do Património Mundial (LPM), considerados mais sensíveis e/ou suscetíveis a sofrerem maiores danos materiais. No limite, o risco podia ser incalculável: a cidade podia transformar-se numa cidade nova, pela transformação e/ou perda de espaços de identidade sociocultural que determinavam a sua paisagem urbana histórica⁸⁰ (PUH).

Este conceito da PUH vinha a ser desenvolvido pelo discurso e pelo debate, no âmbito da UNESCO, em função da gestão integrada do bem Património Mundial no seu contexto urbano, tentando esbater as ‘fronteiras’ de diversa ordem que vão permanecendo e condicionando o espaço urbano. Deste modo, a PUH assume-se como um conceito mais abrangente do que aqueles mais usuais como ‘Centro Histórico’. No fundo, a PUH assume-se como uma matriz cultural do território, que vai permitir estabelecer as correlações existentes nos vários *layers* que compõem essa matriz, desde as vertentes materiais, construídas ou naturais, até às imateriais, como as vivências, os usos e as tradições, que se embrenham e se estabelecem por apropriação nesse território (Capela de Campos & Murtinho, 2018b). Nesse sentido, a problemática da intervenção sobre estes espaços urbanos enquadrava-se, por um lado, a partir da evolução e expansão conceptual em torno do património cultural e alertava, por outro lado, para a necessidade de se pensar numa resposta às pressões de desenvolvimento a que as cidades têm estado sujeitas pelos processos de globalização.

Tendo em conta este enquadramento prévio, entende-se que o património deve ser gerido como um recurso não renovável do território e, por essa determinação, a sua gestão deve ser equacionada em função da sua sustentabilidade futura. Dessa perspetiva, torna-se pertinente averiguar qual o contributo que uma candidatura patrimonial pode ter, para o desenvolvimento de uma cidade. A estratégia de pensar a requalificação do património arquitetónico, dentro de um contexto urbano, tem vindo a ser uma prática recorrente em muitos casos, como motivo de ‘contágio positivo’ para o espaço da sua influência, numa lógica de requalificação e reabilitação urbana.

Recorrendo ao estudo de caso do processo de requalificação do Colégio da Santíssima Trindade para albergar a Casa da Jurisprudência da Universidade de Coimbra, este trabalho também se propõe a debater sobre a capacidade da adaptação dos edifícios para

⁷⁹ Durante a 27ª sessão do Comité do PM, realizada em Paris, em 2003, o Comité determinava um debate internacional para discutir metodologias e instrumentos próprios capazes de enquadrar a proteção do património urbano com as necessidades contemporâneas de modernização dos espaços urbanos utilizados pela população na sua vida diária. Esse debate seria realizado em Viena de Áustria, de 12 a 14 de maio de 2005, numa conferência internacional intitulada “World Heritage and Contemporary Architecture: Managing the Historic Urban Landscape”, do qual resultaria o *Memorando de Viena* (World Heritage Committee, 2005).

⁸⁰ Cf. (Bandarin & Oers, 2012, 2015; Capela de Campos & Murtinho, 2018b; UNESCO, 2011).

potenciar a sua reutilização, assumindo que, em cada contemporaneidade, as populações se vão ajustando às novas necessidades e modos de vida. Este caso do Colégio da Santíssima Trindade constitui-se como parte da área Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial (UC-AS PM) e, por isso, fez parte integrante do “*projeto político com intenções e estratégia de intervenção*”⁸¹ na proteção do património universitário e, adicionalmente, pode ser entendido enquanto operador de desenvolvimento urbano⁸², através da promoção de sinergias e atividades económicas paralelas e assentes na requalificação do edificado urbano.

Deste modo, interessa debater, não só a requalificação deste património em si, mas também a da frente urbana mais visível da PUH de Coimbra – a Lusa Atenas⁸³ –, a partir do seu ponto de vista privilegiado *de Santa Clara*, de forma sequencial à investigação que temos vindo a desenvolver sobre esta temática. O que neste trabalho se enquadra como pertinente é, precisamente, esta capacidade de contaminação positiva em ambiente urbano, entre as práticas e os processos de arquitetura qualificada sobre o património e o restante edificado que lhe fica adjacente, refletindo o estipulado pelo processo de candidatura (neste caso) e pela equação de uma gestão integrada do património.

O Colégio da Santíssima Trindade: breve enquadramento histórico

O Colégio da Santíssima Trindade localiza-se na transição espacial entre a cidade e a universidade, no topo sul da colina central da Lusa Atenas, no final do percurso ascendente da Couraça de Lisboa (Fig. 1), essa “íngreme calçada por onde têm rolado muitas ilusões perdidas de bacharelato e licenciatura” (Saramago, 1981, p. 90) nessa Coimbra que *sobe e desce*, como dizia Saramago.

Sendo atualmente propriedade da Universidade de Coimbra, na sua génese a construção do colégio, na Alta, foi decidida na segunda metade do século XVI, a partir de 1552⁸⁴ e iniciada por ordem da rainha regente D. Catarina de Áustria, em 1562⁸⁵, tendo como propósito promover o ensino e constituir-se na residência da comunidade da Ordem da Santíssima Trindade da Redenção dos Cativos⁸⁶, que lhe daria o nome. Por alvará de 11 de janeiro de 1575, sabe-se que a Ordem ficaria obrigada a não subir a cércea do colégio acima

⁸¹ Cf. (Capela de Campos & Murtinho, 2018a).

⁸² Cf. (Capela de Campos, 2018).

⁸³ Cf. (Capela de Campos & Murtinho, 2018b).

⁸⁴ Cf. (V. Correia & Gonçalves, 1947, p. 144).

⁸⁵ Cf. (S. José, 1789, p. 367).

⁸⁶ António de Vasconcelos informava que em 1552 já existia, em Coimbra, um grupo de religiosos estudantes trinitários (Vasconcelos, 1937, pp. 240-243).



Fig. 1 – Localização da Calçada de Lisboa, na acrópole coimbrã.
Fonte: PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM

da cota do terreiro do Paço Real e que poderia incorporar, na propriedade do colégio, parte de rua e de travessa inútil que existiria no seguimento da Rua de S. Pedro e que dividia o terreno em duas partes, ficando obrigada, como compensação, a construir a poente do polígono do terreno “*uma calçada de 20 palmos de largo*” (Vasconcelos, 1937, p. 241).

A delimitação do Colégio da Santíssima Trindade foi o resultado da aquisição dos terrenos e propriedades para a sua construção⁸⁷. O lote da propriedade trinitária incorporou parte da rua que ligava a Porta Férrea à Couraça de Lisboa – uma cedência que terá sido concretizada pelo Senado da Universidade⁸⁸, para um maior conforto da vida colegial que se iniciava. Definindo um quarteirão localizado a sul do terreiro do Paço Real e da Rua da Trindade e no topo norte da Couraça de Lisboa, entre a Rua de S. Pedro a nascente e a Travessa da Rua da Trindade a poente, o complexo arquitetónico trinitário desenvolvia-se por três espaços fundamentais para a vida da comunidade: a igreja, as áreas de ensino e os dormitórios.

A igreja ficara localizada no quadrante sudoeste do complexo, ladeada a sul pela Couraça de Lisboa, a poente pela travessa da Rua da Trindade e a norte pelo claustro. Como ressaltava Rui Lobo, dado às condicionantes do declive do terreno e da orientação da igreja a nascente por imposição canónica, a localização da igreja resolvia a questão problemática (Lobo, 1999) – tanto do ponto de vista da organização do espaço colegial como da sua função, uso e acesso. Para além da vertente tratadística vigente na proporção e na composição do

⁸⁷ Cf. (Capelo, 2012).

⁸⁸ “*Antes que se fundasse este Colegio, não tinha o sitio a capacidade que hoje tem, porque o repartia huma rua que o atravessava desde a porta da Universidade até à Couraça; mas o Senado, para melhor accomodação dos Padres, teve a bondade de lhe dar esta rua, comprando elles todas as casas que ficavão fronteiras, vindo a ficar com bastante grandeza, e rodeado de ruas*” (S. José, 1789, pp. 367-368).

espaço, articulando a organização com a ornamentação, a igreja foi considerada dos melhores exemplos da cidade, de acordo com o texto de Frei Jerónimo de São José (1789, p. 368). Adicionalmente, António de Vasconcelos reconhecia a excecionalidade da “*monumental e lindíssima varanda renascentista, verdadeira loggia italiana, voltada a Sul, sôbre a Couraça de Lisboa, com vistas surpreendentes*” (Vasconcelos, 1937, p. 241) sobre o Mondego, sobreposta ao limite sul da igreja assentando na sua cornija lateral. A disposição da varanda garantia, ainda, a composição da simetria da fachada principal da igreja virada para a Travessa da Rua da Trindade, por oposição ao campanário (Lobo, 1999).

O claustro ficara localizado no quadrante noroeste do complexo, ladeado a sul pela igreja, a poente pela Travessa da Rua da Trindade e a norte pela Rua da Trindade. Os dormitórios e outros espaços de vivência quotidiana desenvolviam-se para nascente da igreja e do claustro, conformando um pátio interno da dependência trinitária, virado a sul e ladeado pela Couraça de Lisboa. Este pátio permitia que a disposição em U das alas residenciais do colégio ganhasse privacidade para o interior, em função da exposição pública de todas as fachadas exteriores do complexo arquitetónico.

Durante quase três séculos, a atividade colegial manteve-se profícua e sem interrupções pedagógicas. A partir desse estável período, o retalho e a transformação passaram a ser as ações privilegiadas no uso do edifício, que foi sendo, continuada e intensamente, readaptado, nem sempre da forma mais adequada à sua estrutura física e, portanto, sujeito à ação do homem. Assim, o complexo trinitário deixava de cumprir a missão para a qual tinha sido edificado e experimentava uma multiplicidade de funções descaracterizadoras e espacialmente desestruturantes – uma realidade que se estendeu até ao dealbar do século XXI.

Em 14 de maio de 1849 – decorrente do decreto de extinção das ordens religiosas de 1834 –, o colégio foi vendido em hasta pública, passando para propriedade privada⁸⁹. No entanto, a igreja e o claustro mantiveram-se propriedade da Câmara Municipal de Coimbra (CMC), aos quais adjudicou vários usos institucionais e funções públicas, designadamente, o funcionamento de imprensas, de lojas maçónicas e do tribunal judicial da comarca, que aí funcionou até 1870⁹⁰.

Em 1889, dois anos após a criação da Associação Académica de Coimbra (AAC), os estudantes transferiam a sua sede⁹¹ para o complexo colegial trinitário; após uma assembleia magna ter reunido na igreja e claustro, em 1892, com o objetivo de se concretizar a convocação de greve estudantil por conflitos com a reitoria, a sede da AAC seria encerrada⁹².

⁸⁹ Cf. (Vasconcelos, 1937, p. 242).

⁹⁰ Cf. (Capelo, 2012; A. Correia, 1952, pp. 60–63; V. Correia & Gonçalves, 1947, p. 144; Vasconcelos, 1937).

⁹¹ A primitiva sede da AAC localizava-se, em 1887, no Colégio de São Paulo; este colégio seria demolido para se construir a Faculdade de Letras (no lugar da atual Biblioteca Geral).

⁹² Em 1901, a AAC voltava às instalações do Colégio da Trindade

Só em 12 de junho de 1895, o proprietário do colégio adquiria a totalidade do complexo⁹³. A área dos dormitórios havia sido transformada em espaços habitacionais, com uso prolongado e, já no século XX, era adaptado para instalação do Colégio da Rainha Santa Isabel (aí permanecendo até à conclusão das suas instalações definitivas, em 1941); à igreja e ao claustro, ficava destinado o funcionamento de uma marcenaria, com armazém e loja de venda de mobiliário⁹⁴.

A partir de 1930, na ala norte do dormitório era instalada uma ‘tasca’, principalmente frequentada pelos estudantes da Faculdade de Direito (que não detinham bar próprio); a ‘tasca’ foi conhecendo vários proprietários até à designada e derradeira ‘Tasca do Pratas’, um lugar de convívio estudantil e académico, que ainda permanece nas memórias de muitos ‘doutores’ e comunidade académica.

Durante a construção das obras da Cidade Universitária de Coimbra (CUC) foram desenvolvidos projetos de adaptação do complexo arquitetónico para dois programas distintos e em fases diferentes, pela Comissão Administrativa do Plano de Obras da CUC (CAPOCUC), designadamente, para uma residência universitária masculina bem como para a instalação da Escola Superior de Farmácia, sem terem sido concretizados⁹⁵.

Adicionalmente a esta continuidade e intensidade de utilização – em alguns casos, de modo pouco adequado à estrutura física do edifício –, também a ação do tempo contribuía para uma degradação do conjunto. Em 1 de fevereiro de 1988⁹⁶, após um temporal, a derrocada parcial do flanco sul da igreja e do corpo central, sobre a Couraça de Lisboa⁹⁷, comprometia irremediavelmente a arquitetura do edifício, designadamente, a peculiar *loggia* que, ao longo da fachada sul do templo, permitia a vista sobre o rio Mondego e campos envolventes. A comunidade académica e os residentes da Alta assistiam paulatinamente ao declínio do imóvel.

Depois deste episódio, a Universidade de Coimbra decidia concretizar a aquisição do Colégio da Trindade e, na sequência, promovia uma intervenção de reconstituição da igreja, bem como a estabilização das fachadas com betão armado. Posteriormente, em maio de

⁹³ Cf. (Capelo, 2012).

⁹⁴ Cf. (Vasconcelos, 1937, p. 243).

⁹⁵ No Fundo da CAPOCUC, no Arquivo da Universidade de Coimbra, existem desenhos relativos ao projeto de adaptação do Colégio da Trindade a residência masculina, a partir de 1942, aquando o início dos trabalhos desenvolvidos pela CAPOCUC. O arquiteto Álvaro da Fonseca realizou um estudo de beneficiação/regeneração do conjunto de edifícios a sul do Pátio da Universidade, fazendo desenhos e levantamentos do existente, em 1952. Cf. (Rosmaninho, 2006, pp. 153–154); PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta 109, Pasta CUC 2008-31 e Pasta CUC 2008-124; PT/FCG/AASBA/LCS: LCS 76.

⁹⁶ Antes deste episódio, durante o 1º Encontro sobre a Alta de Coimbra, realizado entre 23 e 28 de outubro de 1987, o testemunho de Carlos Luís Valente e de Carlos Manuel Madeira não deixava dúvidas quanto ao “*ar de ruína, (...) no Colégio da Trindade que do pátio da Universidade se pode ver com um imponente edifício atrás (parece uma fábrica de bolacha americana), também vimos uns restos de claustro que não têm sequer a dignidade da ruína*” (Valente & Madeira, 1988, p. 124).

⁹⁷ Cf. (Lobo, 1999).

1999, a Reitoria da Universidade encomendava um levantamento do existente⁹⁸, em função do interesse de recuperação e requalificação do espaço para reuso universitário futuro⁹⁹.

A requalificação do Colégio da Trindade: intervenção qualificada sobre o espaço

Ao longo da sua história, os edifícios desempenham funções conjunturais diversas, sendo obrigados, em muitas situações, a procederem a alterações ou transformações arquitetónicas. A circunstância da variação no uso de um edifício – ou mesmo perante a perda de uso – obriga a que estes estejam sujeitos a uma pressão, quer de desgaste dos seus materiais, quer de necessidade de adaptabilidade dos seus espaços funcionais, em função dos novos usos e funções, utilizadores e modos de vida.

No início do novo milénio, a Universidade de Coimbra promovia um concurso para requalificar e recuperar o espaço que era considerado “*a última ruína da Alta Universitária de Coimbra*”¹⁰⁰. O concurso foi ganho pelos Arquitetos Aires Mateus, no entanto, a fase de projeto prolongar-se-ia no tempo, devido a variações do programa – o que permitiu que este processo de requalificação de património universitário acompanhasse o desenvolvimento de todo o processo de candidatura da Universidade de Coimbra à Lista do Património Mundial da UNESCO¹⁰¹.

No início da segunda década do século XXI, o edifício encontrava-se circunscrito praticamente ao corpo da igreja e às paredes portantes que delimitam o perímetro exterior do colégio. Os Arquitetos Aires Mateus, durante o processo de projeto, teriam dois interlocutores firmes e determinantes para as ideias e para as problemáticas: a Universidade de Coimbra (que era o cliente) e o tempo (que havia escolhido os elementos que ficavam para projeto).

Esta questão introduzida pelo tempo seria o primeiro obstáculo a ultrapassar. Com efeito, tendo em conta o estado de degradação do imóvel que outrora fora o Colégio da Santíssima Trindade, parecia ser difícil a inversão da transformação paulatina do edifício em ruína; adicionalmente, porque durante o processo de projeto, a universidade alterou a especificidade do programa algumas vezes, causando, inevitavelmente, alterações ao projeto de arquitetura¹⁰².

⁹⁸ O estudo de evolução e reconstituição do edifício foi realizado por uma equipa liderada pelo arquiteto Rui Pedro Lobo, com os arquitetos estagiários Alexandre Dias, Bruno Silvestre e Luís Carvalho, ficando o levantamento topográfico a cargo de Victor Faneca, resultando, em junho de 1999, num estudo/relatório intitulado “O colégio da trindade: estudo do edifício e levantamento da situação actual” (Lobo, 1999).

⁹⁹ Cf. (Murtinho, 2018, p. 47).

¹⁰⁰ Cf. (Murtinho & Capela de Campos, 2018).

¹⁰¹ Sobre este tópico ver (Capela de Campos, 2018).

¹⁰² Cf. (Murtinho, 2018).

O processo de projeto era iniciado em 2001, para albergar o Colégio Europeu da Universidade de Coimbra, com o projeto a ser entregue na CMC em 2004; desta primeira fase resultaram condicionantes, designadamente, quanto ao programa (considerado excessivo) e à necessidade de se avançar com um estudo arqueológico através de sondagens.

A partir de fevereiro de 2006¹⁰³, o programa conhecia uma nova finalidade e deveria ser ajustado – em 2007, o edifício colegial devia ser adaptado a Tribunal Universitário Judicial Europeu (TUJE), estabelecendo uma plataforma de correlação entre a investigação universitária com a prática profissional. Em 2009, arrancava uma segunda fase de obras e, em 2010, era iniciada uma nova campanha arqueológica, onde foram realizados levantamentos, limpezas e catalogação de cantarias, bem como realizadas ações de consolidação e estabilização dos elementos estruturais construídos e, ainda, realizados trabalhos de execução de fundações, para uma fase posterior dos trabalhos. Com os sucessivos avanços e recuos protocolares, em 2013, ainda houve nova alteração ao programa e o projeto devia ser redesenhado para converter o espaço em Tribunal Cível, todavia, tal propósito acabou por não ser concretizado por falta de acordo entre a Universidade de Coimbra e o Ministério da Justiça.

Até 2014, o projeto seria, finalmente, concretizado para albergar a Casa da Jurisprudência da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e, em setembro de 2014, era iniciada a terceira e última fase de obras de reabilitação, prolongando-se até fevereiro de 2017. A inauguração do espaço foi realizada em 25 de outubro de 2017.

A proposta dos Aires Mateus estava assente num princípio basilar entre o diálogo e a distinção, entre a preexistência e a transformação, após se verificar que o claustro e as paredes exteriores que definiam o perímetro exterior do antigo colégio eram os espaços e elementos que melhor haviam resistido à força do tempo. Deste modo, a metodologia do projeto pressupunha um equilíbrio na valorização do espaço, adaptando-o às funções de ensino e de investigação, sem, contudo, minimizar as estruturas preexistentes. Como Manuel Aires Mateus referia, “*entre a tipologia conventual original e a Casa da Jurisprudência, cria-se uma continuidade na apropriação dos espaços*” (Mateus, 2018, p. 33); assim, o espaço da igreja era adaptado a auditório, o claustro funcionava como espaço de receção e distribuição e o espaço das antigas celas e áreas residenciais transformavam-se em gabinetes de trabalho.

Sem entrar em grandes detalhes de opção de projeto e de pormenores construtivos¹⁰⁴, torna-se pertinente, para o propósito deste trabalho, realçar uma opção dos arquitetos, que embora inerente ao projeto do edifício, não deixa de ser condicionada e justificada pelo enquadramento e pela leitura do colégio no seu espaço urbano adjacente. A opção pela

¹⁰³ Nessa data era protocolado, entre a UC e o Ministério da Justiça, a possibilidade de se equacionar a inter-relação entre o ensino e investigação do Direito com a prática profissional; todavia, esta hipótese ambiciosa não chegaria a ser concretizada (Murtinho, 2018, p. 43).

¹⁰⁴ Para uma leitura mais aprofundada sobre esta temática consultar (Murtinho & Capela de Campos, 2018; Silva, Murtinho, Mateus, Marcos, & Moniz, 2018).

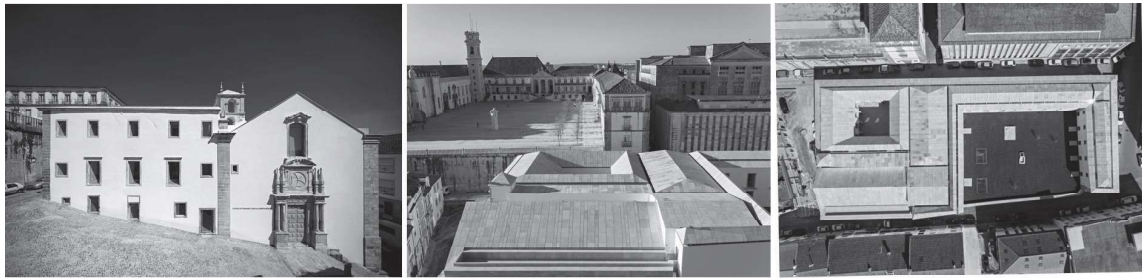


Fig. 2 – Casa da Jurisprudência da Faculdade de Direito da UC, arquitetura Aires Mateus.
Fotografia: Nelson Garrido. Fonte: PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM

utilização de uma cobertura em pedra de lioz, em vez da tradicional cobertura em telha de barro vermelha, seria um elemento de inovação de projeto (Fig. 2), pese embora também colhesse muitas dúvidas – para algumas leituras, a opção de projeto constituía-se como um elemento dissonante e perturbador.

Todavia, a escolha da pedra lioz ao nível das coberturas, que ficam sensivelmente à mesma cota do Pátio da Universidade, permitia criar uma continuidade visual, com a textura do pavimento do Pátio, tornando a transição visual mais confortável a quem usufrui das vistas do Pátio sobre o Mondego. De resto, a pedra de lioz, em termos gerais de cor branca, evidencia-se por ser uma das texturas que mais se impõe no contexto global do edifício, sendo recorrentemente utilizada como material de revestimento do pavimento interior – e, portanto, a sua utilização na cobertura deveria ser entendida como uma opção que cria continuidades internas e externas.

O património como projeto de intervenção urbana

A intervenção qualificada sobre o património pode ser considerado como um foco de contaminação positiva¹⁰⁵ sobre o restante edificado, potenciando uma dinâmica de requalificação e reabilitação urbana extensiva à sua área envolvente. Se por um lado a opção de uma intervenção num espaço, considerado como valor comum, qualifica e reabilita o espaço em si próprio, por outro lado torna-se numa oportunidade de potenciar ações locais de melhoramento e/ou investimento no edificado urbano, em função da exigência dos novos modos de vida e hábitos de consumo.

¹⁰⁵ A propósito desta noção do ‘contágio positivo’, conferir “A recuperação dos valores: a Praça 8 de Maio em Coimbra” (Capela de Campos, 2018), a propósito da intervenção do arquiteto Fernando Távora na Praça 8 de Maio, em Coimbra. Sobre a perspetiva da requalificação do espaço público, o entendimento sobre a decisão municipal entende-se como uma determinação política de atuação sobre uma determinada área urbana, assumindo a possibilidade de *contágio positivo* sobre o espaço adjacente, designadamente, para promover uma reabilitação urbana e sociocultural (Capela de Campos, 2018; Capela de Campos & Murtinho, 2016).

Analisando os processos de licenciamento de operações urbanísticas particulares, na planta de levantamento dos tipos de operações particulares na área UC-AS, em 2008, realizada pelo Gabinete para o Centro Histórico da Câmara Municipal de Coimbra (GCH-CMC) (Fig. 2), verifica-se que, em 2008, a incidência do número de intervenções particulares, localizavam-se ao longo da área designada Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística a Zona Histórica Intramuros da Cidade de Coimbra¹⁰⁶. Dessa análise, podem ser identificadas ruas ou eixos predominantes na aposta da intervenção, se cruzarmos esses dados com o levantamento das intervenções ou propostas municipais e nacionais, que nesse período iam sendo concretizadas, dentro da mesma área urbana, como as Ruas de Fernandes Tomás, da Estrela e Joaquim António de Aguiar, o eixo Arco de Almedina – Quebra-Costas – Largo da Sé Velha e o núcleo nascente à Rua do Colégio Novo. Para tal impulso terá contribuído a aposta pública na reabilitação do edificado com valor patrimonial, como a Casa da Escrita, o Largo da Sé Velha, a Torre do Anto e o Museu Nacional de Machado de Castro (Fig. 3) – localizados na Alta de Coimbra –, bem como as instalações próprias do GCH-CMC, aliadas às intervenções sobre o património universitário (no âmbito da candidatura a PM). Nesta lógica está subjacente o pressuposto da qualidade da continuidade espacial urbana; num sistema de espaços urbanos integrados e interligados, o projeto qualificado sobre um espaço público ou património arquitetónico tenta resolver, à sua escala, esse pressuposto. Assim, se enquadrava a inovação concretizada na intervenção dos arquitetos Aires Mateus no Colégio da Trindade.

Do mesmo modo que se concretizara em outras ruas da Alta de Coimbra a intervenção particular sobre o edificado, ao longo da íngreme Calçada de Lisboa tem sido possível verificar que, nos últimos anos, a maioria dos edifícios da rua, de uso habitacional, têm sido alvo de intervenções ligeiras, médias e profundas¹⁰⁷ de reabilitação de propriedade privada, aproveitando o impulso e sinergias gerados pela requalificação e reabilitação do património, sobretudo, potenciado pela candidatura à UNESCO. A oportunidade adjacente a esta dinâmica concretiza-se no investimento particular em novas opções de (re)uso dos espaços e/ou edifícios, numa possibilidade de resposta aos processos de globalização – como por exemplo, pelo aumento da atividade turística na área PM que se atesta pelos números divulgados pela Universidade anualmente¹⁰⁸.

¹⁰⁶ Declarada em 2002 e criada pelo Decreto nº 44/2003, publicado em Diário da República nº 221, I série-B, de 24/09/2003. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 2/8.

¹⁰⁷ Das intervenções, consideram-se ligeiras aquelas intervenções de manutenção das fachadas e coberturas; médias, aquelas intervenções realizadas nas coberturas, na substituição de redes técnicas, na reformulação de espaços interiores, em particular cozinhas e instalações sanitárias; e, profundas, aquelas intervenções realizadas na organização interior da edificação, nas alterações de fundo na estrutura, nas fachadas ou nas coberturas, podendo ainda ser uma nova construção. Cf. (Parque EXPO, 2012, p. 25).

¹⁰⁸ Durante o ano letivo de 2016/2017, o número dos visitantes aos espaços turísticos da UC aumentou para os 501583, relativamente ao ano letivo anterior que haviam sido contabilizados 442510. Cf. <http://www.uc.pt/>

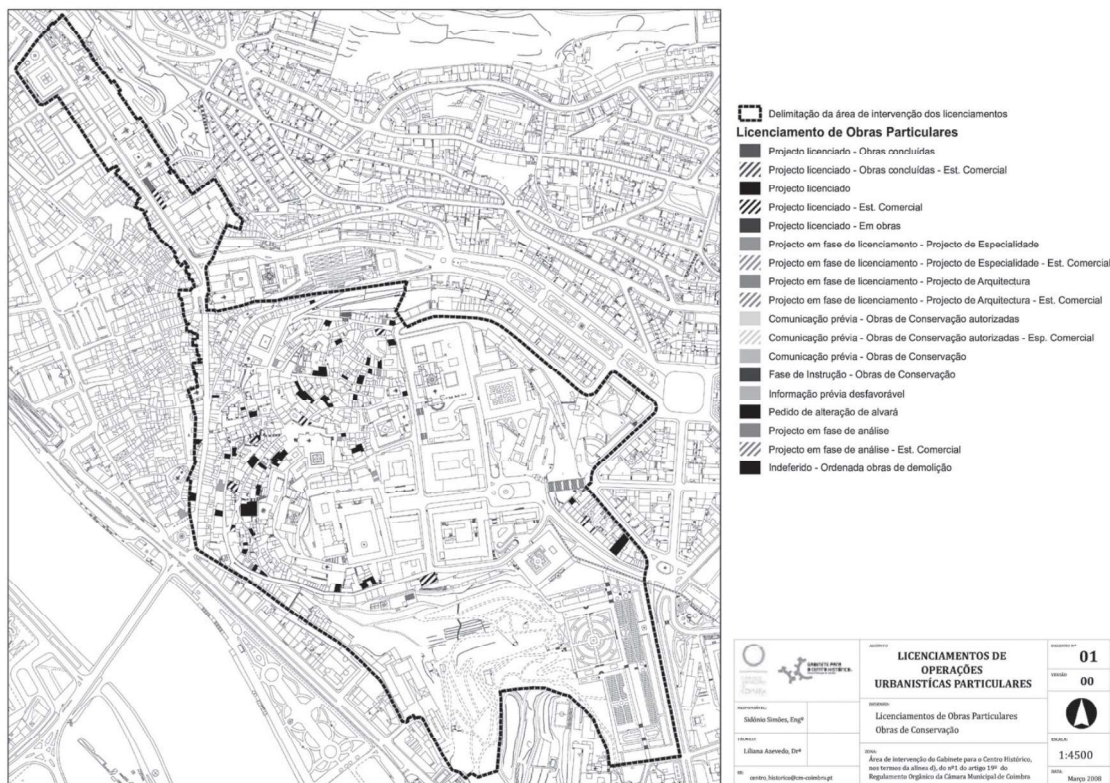


Fig. 3 – Licenciamentos de operações urbanísticas particulares: planta de levantamento dos tipos de operações particulares na área UC-AS, em 2008. Fonte: GCH-CMC, março de 2008¹⁰⁹



Fig. 4 – Exemplos de intervenção sobre o edificado urbano, ao longo da Calçada de Lisboa. Fotografia: Joana Capela de Campos, 2018.

Um passeio pedonal pela Calçada de Lisboa (Fig. 4) confirma a nova realidade reabilitada da rua, com uma clara aposta na residência para a comunidade universitária e para dar resposta a uma nova comunidade, a turística, que se apresenta em crescimento na fruição do espaço universitário.

dados, acedido em 19/09/2018.

¹⁰⁹Cf. GCH-CMC (2008) – *Licenciamentos de operações urbanísticas particulares*. In <https://www.cm-coimbra.pt/index.php/servicos/documentacao-geral/menu-area-de-ficheiros/urbanismo/gabinete-para-o-centro-historico/licenciamentos/1316-licenciamentos-de-obras-particulares-fevereiro-08/file>, acedido em 22/07/2018.

Considerações finais

Ao longo da sua história, os edifícios desempenham funções conjunturais diversas, sendo obrigados, em muitas situações, a procederem a alterações ou transformações arquitetónicas. A circunstância da variação no uso de um edifício – ou mesmo perante a perda de uso – obriga a que estes estejam sujeitos a uma pressão, quer de desgaste dos seus materiais, quer de necessidade de adaptabilidade dos seus espaços funcionais.

O tema deste trabalho, sobre o caso do Colégio da Santíssima Trindade, equacionava a requalificação patrimonial sob duas leituras: a requalificação do património arquitetónico, em si própria, sujeita às condicionantes da prática da arquitetura e como ação propulsora de dinâmicas urbanas contemporâneas.

Nos anos mais recentes, a Universidade de Coimbra decidiu priorizar a transformação do que restava da “última ruína da Alta”, promovendo uma obra abrangente de reutilização do complexo arquitetónico trinitário para a Faculdade de Direito. No entanto, questões de gestão e estratégicas para o reuso do espaço levaram a que o uso final considerado tivesse que ser reavaliado e reajustado – no decurso da obra e em diversos momentos – contribuindo para o redesenho da organização do espaço interior e, conseqüentemente com uma reavaliação de fundo de cada um dos seus compartimentos. Em 25 de outubro de 2017, a Casa da Jurisprudência da Faculdade de Direito da UC era inaugurada, mesmo que, em setembro de 2013, tivesse sido iniciada a construção com um projeto funcional para tribunal cível.

O caso da reabilitação do Colégio da Trindade permite fazer sobressair a capacidade que a boa arquitetura apresenta, para aguentar e se adaptar a novas funções ao longo do tempo, inclusivamente, chegar ao estado de ruína, para depois poder ser refundada, ao encontrar novos usos – ajustados ao tempo e às novas necessidades. Adicionalmente, este caso permite realçar a dinâmica do tempo sobre o edificado – uma vertente que deve estar sempre presente em qualquer arquitetura, uma vez que cada intervenção deve ser um testemunho do seu próprio tempo.

Sob a perspetiva da segunda leitura, a abordagem ao caso da requalificação do Colégio da Santíssima Trindade permite pressupor a estratégia de pensar a requalificação do património arquitetónico, dentro de um contexto urbano, como motivo de ‘contágio positivo’ para o espaço da sua influência, numa lógica de requalificação e reabilitação urbana de modo integrada – ou seja, o património como operador da qualidade urbana. Esta consideração, pela sua pertinência, permite enquadrar uma candidatura patrimonial como eixo estratégico de intervenção urbana, uma vez que a área de influência do bem classificado é um território atrativo para a implementação de dinâmicas socioculturais e de usos contemporâneos, potenciando ações de desenvolvimento – designadamente, direcionadas ao setor do turismo.

Para finalizar, sublinha-se o resultado global da dinâmica predisposta pela intervenção sobre o património arquitetónico e o edificado urbano – a frente urbana sul reabilitada da colina central da Lusa Atenas.

Referências

- Bandarin, F., & Oers, R. van. (2012). *The historic urban landscape: managing heritage in an urban century*. Chichester, West Sussex, UK; Hoboken, NJ: Wiley Blackwell.
- _____. (2015). *Reconnecting the city: the historic urban landscape approach and the future of urban heritage*. Chichester, West Sussex, United Kingdom: Wiley Blackwell.
- Cameron, C. (2008). Comment le Comité du patrimoine mondial aborde-t-il la définition et la protection des «perspectives visuelles importantes»?/ How the World Heritage Committee deals with defining and protecting “important views? In C. Cameron & C. Boucher (Eds.), *Le Patrimoine Mondial: Définir et protéger les «perspectives visuelles importantes»/ World Heritage: Defining and protecting «Important Views»* (pp. 22-31). Montréal, Canada: Université de Montréal.
- Capela de Campos, J. (2018). *Candidatura a Património Mundial como operador de desenvolvimento urbano: o caso da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia*. (Doutoramento em Arquitetura). Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra. No prelo.
- _____. & Murtinho, V. (2016). A recuperação dos valores: a Praça 8 de Maio em Coimbra. In M. Meneses, J. D. Rodrigues, & D. Costa (Eds.), *Livro de Resumos «Património, suas matérias e imatérias»* (pp. 123-124). Lisboa: LNEC.
- _____. & Murtinho, V. (2018a). Alcalá de Henares e Coimbra, Universidades Património Mundial: responsabilidade e compromisso de futuro em dois contextos ibéricos. In R. Jacinto (Ed.), *Lugares e Territórios: património, turismo sustentável, coesão territorial* (pp. 57-77). Guarda/Lisboa: CEI – Centro de Estudos Ibéricos; Âncora Editora.
- _____. & Murtinho, V. (2018b). Paisagem Urbana Histórica, a Lusa Atenas como matriz cultural de Coimbra. In R. Jacinto (Ed.), *Lugares e Territórios: património, turismo sustentável, coesão territorial* (pp. 19-41). Guarda/Lisboa: CEI – Centro de Estudos Ibéricos; Âncora Editora.
- Capelo, L. C. (2012). Colégio da Santíssima Trindade de Coimbra. In *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, XXV*, 69-136. DOI 10.14195/2182-7974_25_3
- Correia, A. (1952). *Toponímia Coimbrã: II – Zona da Universidade*. (Vol. II). Coimbra: Biblioteca Municipal de Coimbra.
- Correia, V., & Gonçalves, A. N. (1947). *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. (Vol. II). Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.
- Lobo, R. P. (1999). *O Colégio da Trindade: estudo do edifício e levantamento da situação actual*. Coimbra: s. n.
- Mateus, M. A. (2018). O projecto da futura Casa da Jurisprudência. In Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Ed.), *O Colégio da Trindade*. (pp. 30-35). Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

- Murtinho, V. (2018). Um regresso às origens. In Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Ed.), *O Colégio da Trindade*. (pp. 36-75). Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- _____, & Capela de Campos, J. (2018, Março). De Colégio da Trindade a Casa da Jurisprudência: a retoma do valor. In *Metálica: Revista da Associação Portuguesa de construção metálica e mista*, (49), 16-21. DOI 10.30779/cmm_metalica_49_02
- Parque EXPO. (2012). *Coimbra Alta | Área de reabilitação urbana. Volume A: Estratégia de Reabilitação Urbana. Janeiro 2012. Parte II – Estratégia de Reabilitação Urbana*. Câmara Municipal de Coimbra. In https://www.cm-coimbra.pt/index.php/servicos/documentacao-geral/menu-area-de-ficheiros/urbani_smo/gabinete-para-o-centro-historico/areas-de-reabilitacao-urbana/aru-coimbra-alta/6143-a-estrategia-de-reabilitacao-urbana-3/file
- Rosmaninho, N. (2006). *O poder da arte: o estado novo e a Cidade Universitária de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- S. José, F. J. de. (1789). *Historia chronologica da esclarecida Ordem da SS. Trindade, Redempção de Cativos, da Provincia de Portugal*. (Dedicada ao sempre augusto, e gloriosissimo principe do Brasil D. João, Vol. Tomo I). Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira. In http://purl.pt/16563/4/hg-1322-v/hg-1322-v_item4/hg-1322-v_PDF/hg-1322-v_PDF_24-C-R0150/hg-1322-v_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf
- Saramago, J. (1981). *Viagem a Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Silva, J. G., Murtinho, V., Mateus, M. A., Marcos, R. M. de F., & Moniz, A. R. G. (2018). *O Colégio da Trindade*. (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Ed.). Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- Sonkoly, G. (2011). Historic Urban Landscape – A Conceptual Analysis. In International Conference of the Department of Urban Planning and Design and the Foundation for Urban Architecture, Budapest University of Technology and Economics, & Department of Urban Planning and Design (Eds.), *Urban renewal: essays on urban design = Városmegújítás : városépítészeti tanulmányok* (pp. 92-101). Budapest: BME Urbanisztika Tanszék.
- UNESCO. (2011, Novembro 10). *Resolution 15 – Records of the General Conference 36th session: recommendation on the Historic Urban Landscape*. UNESCO. In Resolution 15 – Records of the General Conference 36th session.
- Valente, C. L., & Madeira, C. M. (1988). O Museu imaginário. In GAAC – Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (Ed.), *Alta de Coimbra: história – arte – tradição* (Actas do 1º Encontro sobre a Alta de Coimbra, de 23 a 28 de Outubro de 1987, pp. 123-128). Coimbra: GAAC.
- Vasconcelos, A. de. (1937). *Escritos vários relativos à Universidade Dionisiana*. (Vol. I). Coimbra: Coimbra Editora, Lda.
- Veldpaus, L. (2015). *Historic Urban Landscapes: framing the integration of urban and heritage planning in multilevel governance*. Eindhoven: Eindhoven University of Technology.
- _____, & Roders, A. P. (2013). Historic Urban Landscapes: an assessment framework. In *IAIA13 Conference Proceedings' «Impact Assessment the Next Generation» 33rd Annual Meeting of the International Association for Impact Assessment*. Calgary, Alberta, Canada. In <http://conferences.iaia.org/2013/pdf/Final%20papers%20review%20process%2013/Historic%20Urban%20Landscapes%20-%20An%20Assessment%20Framework.pdf>

World Heritage Committee. (2005, Setembro 23). WHC-05/15.GA/INF.7: Vienna Memorandum. In <http://whc.unesco.org/archive/2005/whc05-15ga-inf7e.pdf>

Fontes documentais

Portugal, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, Gabinete para o Centro Histórico, Cód. Ref.: PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH1088: Processo Património Mundial: Pasta 2/8: Candidatura UNESCO UC+CMC (2000-2014 – Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística – Divisão de Recuperação do Centro Histórico).

Portugal. Coimbra. Universidade de Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, Cód. Ref.: PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC:

– Pasta 109: *Convento da Trindade 1944-1951*;

– Pasta CUC 2008-31 (57A): *Adaptação a residência masculina – Colégio da Trindade (1942)*;

– Pasta CUC 2008-124: *Estudo de beneficiação/regeneração do conjunto de edifícios a sul do Pátio da Universidade (1952)*.

Portugal. Coimbra. Universidade de Coimbra, Gabinete para as Novas Instalações – Reitoria, Arquivo documental do Gabinete de Candidatura à UNESCO, Cód. Ref.: PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial*.

Portugal. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, Arquivo de Arte do Serviço de Belas Artes, Cód. Ref.: PT/FCG/AASBA/LCS: Espólio Luís Cristino da Silva 1921-1976: [online] Cota LCS 76: *Projecto da Cidade Universitária de Coimbra [projectos de arquitectura] / Luís Cristino da Silva*.